

Fraca performance no semestre

por Márcio Chaer
de Brasília

O Congresso da Nova República não conseguiu melhorar a performance dos últimos anos, em termos legislativos. Das quase 7 mil proposições à espera de apreciação na Câmara dos Deputados, aprovaram-se apenas 91 projetos de leis. Destes, 42 produzidos pelo Palácio do Planalto e 6 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao retornarem ao trabalho, no segundo semestre, os deputados encontrarão à sua espera 6.437 proposições, 1.656 prontas para ser votadas em plenário e 4.781 tramitando nas comissões técnicas. Algumas delas encalhadas há mais de vinte anos pela morosidade do Congresso. Outras simplesmente engavetadas por parlamentares contrários à sua aprovação, "em flagrante desrespeito aos pra-

zos previstos no regimento da Casa", como acusa um alto assessor legislativo da Câmara.

Como exemplo, há o caso do projeto que regula o uso do solo urbano. Apesar de ter apenas dez sessões como prazo para dar seu parecer, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) demorou mais de um ano para relatar a matéria. Em seguida, o parlamentar requereu que o assunto fosse examinado por três outras comissões não previstas para o assunto. Pediu também a publicação do parecer para maiores estudos. O projeto encontra-se agora com o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE). Ele o recebeu para exame há dez meses.

Situação parecida vive um outro projeto do Executivo, que prevê desapropriações em algumas regiões de São Paulo. O deputado Ralph Biasi (PMDB-

SP) reteve a proposição de agosto de 1981 a agosto de 1985. De lá para cá, como fez Andrada, recorreu a artifícios que provocam sucessivos adiamentos para a votação da matéria. Por essa razão, um grosso dossiê de denúncias contra Biasi, produzido por interessados no projeto, já se encontra sobre a mesa do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

"A tão divulgada fraude na recente votação da Câmara é um escandalozinho de luxo", opina o deputado José Genóino. Para ele, "só há fraude quando os deputados vêm votar. E eles nunca vêm votar". Enquanto isso, os projetos vão-se avolumando na Casa.

Em defesa da Câmara, o secretário geral da Mesa diretora, Paulo Affonso Martins de Oliveira, argumenta que "o trabalho legislativo não pode ser ava-

liado pelo número de projetos que vota, mas sim pela importância e pelo interesse político e social do País nas matérias que o Congresso aprova". O secretário, no entanto, admite que os prazos e o regimento da Câmara são, freqüentemente, desobedecidos.

No semestre que se encerrou, foram apresentados 911 projetos de leis e 216 outras proposições, como requerimentos, projetos de resolução e projetos de leis complementares. Esses expressivos números, segundo o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, seriam verticalmente reduzidos com a solução da grande fatia de matérias prosaicas predominantes na pauta. De fato, um enorme número de projetos propõe a instituição de datas como o Dia da Bíblia, o Dia do Quitandeiro e tantas outras sugestões semelhantes.

Por outro lado, completou vinte anos nesse semestre a proposta do ex-deputado Faria Lima que prevê a utilização de fechos e tampas de segurança em embalagens de produtos nocivos à saúde. Na longa fila, perde-se o número de matérias de interesse trabalhista ou profissional que são, invariavelmente, baradas pelo eficiente "lobby" dos setores menos interessados nos projetos.

Menos azeitada que a máquina pedessista, que durante os últimos governos acumulou grande experiência na condução de projetos do Executivo, a do PMDB ainda não conseguiu oferecer ao governo Sarney o ritmo legislativo que o Gabinete Civil vem reclamando. Contra os novos governistas, porém, vigora o abandono de velhas manobras que faziam do Congresso um mero órgão homologatório das decisões do Planalto.